

EDITORIAL

Adriano Correia

Logo que o criminoso nazista Adolf Eichmann foi raptado na Argentina pelo serviço secreto de Israel e levado para Jerusalém, em maio de 1960, para ser julgado, Hannah Arendt manifestou a amigos seu interesse em acompanhar o julgamento e “assistir em carne e osso a um dos principais atores do totalitarismo”¹. Eichmann era o oficial responsável pela logística da deportação para os campos de extermínio. Para Arendt, acompanhar seu julgamento era uma obrigação que devia a seu passado. Ela assistiu a parte do julgamento como correspondente da revista *The New Yorker*.

No início de 1963, entre fevereiro e março, a longa reportagem de Arendt foi publicada na revista na seção “A reporter at large” com o título “Eichmann in Jerusalem”. Antes mesmo de a publicação das cinco partes ser concluída, a reportagem já havia desencadeado uma ruidosa controvérsia. As objeções principais diziam respeito à indicação de Arendt da centralidade da cooperação dos conselhos judaicos para a intensificação do extermínio promovido pelos nazistas. Essa cooperação já havia sido destacada por historiadores como Léon Poliakov e Raul Hilberg, mas jamais havia alcançado um público tão amplo até a reportagem de Arendt.

Embora ela tenha deixado claro que os membros dos conselhos também eram vítimas, sua indicação da diluição da fronteira entre perpetradores e vítimas, deliberadamente promovida pelos nazistas, serviu para que muitos a acusassem de sustentar que os judeus foram responsáveis por seu próprio extermínio. Para Arendt, a controvérsia se agigantou devido a uma campanha orquestrada pelo que ela chamava de “*establishment*” judaico, capitaneado por organizações judaicas internacionais instadas por lideranças de Israel. Ela nutriu a convicção de que a campanha visava promover uma imagem distorcida do livro e desqualificá-lo com o objetivo ocultar a responsabilidade de várias altas autoridades de Israel na cooperação com os nazistas.

A despeito das numerosas objeções, em maio de 1960 ela publicou com pequenas modificações a reportagem como livro, acrescentando ao título o subtítulo “A report on the banality of evil”. Enquanto o apontamento da cooperação dos conselhos judaicos desencadeou um verdadeiro escândalo que durou pouco mais que três anos, a noção de “banalidade do mal”, que apareceu na primeira edição apenas no subtítulo e no final do último parágrafo do último capítulo, e a hipótese de que Eichmann “não era um ‘monstro’, mas era difícil não desconfiar que fosse um palhaço”², foram interpretadas por muitos como expedientes mitigadores da relevância do acontecimento e como ofensivas ao sofrimento das vítimas.

¹ Carta de Arendt a George Washburne, director do Vassar College, *Hannah Arendt Papers*, 02/01/1961, p. 018281 (Correspondence, 1938-1976; Universities and Colleges, 1947-1975; Vassar College, Poughkeepsie, N.Y.; 1960-1967, fig. 23). Disponível em <https://www.loc.gov/item/mss1105600748/>.

² Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 67.

Já no início de 1964 Arendt lançou uma segunda edição com correções e acréscimos, sendo o principal deles um pós-escrito em que buscava esclarecer o que queria dizer com sua caracterização de Eichmann e sua noção de banalidade do mal, embora tenha focado muito mais na discussão das questões jurídicas. Ela sustentou que Eichmann não possuía qualquer motivação diretamente relacionada a seus feitos e embora soubesse das consequências de suas atividades parece jamais ter refletido sobre o significado moral e político delas. Foi sua “falta de imaginação” “que o predispsô a se tornar um dos grandes criminosos desta época”, pois “nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann”³. Seu uso reiterado da linguagem burocrática e de clichês cumpriam a função de desligá-lo da realidade, da compreensão de seu significado. Para ela, era fundamental para a compreensão desse mal ao mesmo tempo extremo e superficial salientar que “essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos”⁴.

Nos anos que se seguiram à publicação de *Eichmann em Jerusalém* Arendt continuou interessada nas implicações morais de sua caracterização de Eichmann e da noção de banalidade do mal. Em entrevistas, cursos e palestras ela aprofundou sua compreensão de que na tradição do pensamento moral não havia como explicar um mal ao mesmo tempo extremo e impessoal, hediondo e desinteressado. O mal foi quase sempre interpretado antes como resultando do cair na tentação dos desejos ou da cegueira promovida pelas paixões e vícios. Essas preocupações a acompanharam até sua morte, em 1975, e inspiraram a investigação fenomenológica sobre as atividades do pensar, do querer e do julgar que ela levou a cabo em sua inconclusa obra *A vida do espírito*. Nessa investigação, uma das questões mais pungentes colocadas por ela era sobre se o pensamento reflexivo pode ser um obstáculo à perpetração do mal, ao menos dos que não desejam ser maus.

Nesse primeiro de dois volumes dessa revista dedicados ao tema da banalidade do mal em Arendt, temos valiosas contribuições de pesquisadoras e pesquisadores do Brasil, da Argentina, do México e da Espanha. Com análises aprofundadas sobre os possíveis contornos do conceito na ética e na política, são oferecidas reflexões sobre o conceito de banalidade do mal para além do seu paradoxal emprego como um clichê. São analisadas as relações entre o mal e a ausência de pensamento, a liberdade e a política. Além disso, atravessam os textos a preocupação com esclarecer o significado da expressão banalidade do mal e com indicar sua relevância e atualidade.

Além disso, temos a tradução de um texto de Benno von Wiese, amigo de Arendt desde sua juventude, que se vinculou ao nazismo e em 1964 buscou contribuir com o debate sobre a responsabilidade do mundo acadêmico com relação ao regime nazista. Ele enviou o texto a Arendt e se seguiu então uma ácida troca de cartas sobre “o passado não superado” na Alemanha. Arendt julgava a posição de von Wiese emblemática do oportunismo de boa parte dos intelectuais que se engajaram no regime. Foram traduzidas as três cartas trocadas entre eles sobre o tema. Boa leitura!

³ Ibid., p. 311.

⁴ Ibid.